



## **ANEXO I**

### **Testemunho e memória em processos de habilitações sacerdotais.**

<sup>1</sup> Camila Soares Rodrigues (IC-UNIRIO); <sup>2</sup> Anderson Jose Machado de Oliveira (orientador).

1 – Escola de História; CCH; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de História; CCH; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: IC-UNIRIO.

Palavras-chave: **Testemunho; Memória local; Mobilidade Social; Igreja Católica; Controle Social.**

#### **Introdução:**

Minha pesquisa sendo recente e ainda em andamento, busca analisar o papel das testemunhas nos processos de habilitações sacerdotais, destacando a importância da memória local e dos depoimentos orais transcritos nos processos, conforme analisado por meio do acervo do século XVIII encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. A minha questão é procurar entender como a Igreja Católica, enquanto uma instituição de controle social, selecionava essas testemunhas e de que forma a memória local influenciava o processo de mobilidade social associado à obtenção das ordens sacras. Ao examinar os documentos do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e identificar os testemunhos, observo uma presença significativa da memória local, que suscita questões sobre sua influência.

A análise das redes de sociabilidade e da importância da memória e do testemunho nas fontes eclesiais revela como os indivíduos se organizavam e se projetavam socialmente. As habilitações sacerdotais transcendem sua função administrativa e desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva e na construção da identidade dessas comunidades. A memória dos testemunhos encontrados nos processos de habilitação é especialmente relevante, pois esses registros não apenas documentam relações familiares e sociais, mas também conferem legitimidade e prestígio através do depoimento de figuras respeitáveis na comunidade. Esse processo de documentação de reconhecimento social e a formação de redes de sociabilidade funcionava como uma estratégia para a mobilidade social.

Após a realização de um levantamento bibliográfico, foi feita a leitura da obra “Os índios na História do Brasil” de Maria Regina Celestino de Almeida, e pude compreender a importância de instrumentos de análise entre historiadores e antropólogos. Nessa perspectiva, fiz um paralelo com a questão da memória dos testemunhos, colocando essas testemunhas em um papel de agente histórico, tendo em vista sua importância para que o habilitando conseguisse receber as ordens sacras. Assim como citado na obra de Maria Regina: “como lembrou, Jonathan Hill, os grupos sociais humanos, mesmo reduzidos à escravidão e às piores condições são capazes de reconstruir significados, culturas, histórias e identidades.” (ALMEIDA, 2010, p 23/24). Dessa forma, em um primeiro momento, fazendo uma conexão entre a citação supracitada e OLIVAL, Fernanda, GARCIA, Leonor Dias, LOPES, Bruno, SEQUEIRA, Ofélia. “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII). In LOPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, OLIVAL, Fernanda, FIGUEIRA-REGO, João (coordenação). Honra e Sociedade no mundo Ibérico e ultramarino: inquisição e ordens militares - séculos XVI-XIX. Lisboa: Caleidoscópio, 2013; é



perceptível a questão da importância da memória local para o testemunho, e ainda, a importância dos contextos institucionais para assim fazer uma análise complexa das redes de sociabilidade. Efetivamente, as memórias transmitidas ao longo das gerações, também funcionavam como uma estratégia para fortalecer redes de sociabilidade.

Através da leitura “Redes de sociabilidades e mesclas sociais entre descendentes de escravos de origem africana” de Anderson Oliveira e Janaína Lopes, pude extrair como essas fontes que lido no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro podem ser utilizadas para entender as interações sociais e as estratégias de mobilidade social entre os descendentes de africanos no antigo bispado do Rio de Janeiro. Mostrando como os descendentes de escravos implementaram diversas estratégias para melhorar sua posição social, incluindo o estabelecimento de laços familiares e a busca de acesso à Igreja. Essas ações não apenas ampliaram suas redes de sociabilidade, mas também permitiram que criassem vínculos com grupos sociais mais privilegiados, facilitando sua inserção em esferas sociais mais elevadas. Assim, mesmo em um contexto de opressão, esses indivíduos conseguiram navegar pelas complexidades sociais e buscar formas de ascensão e reconhecimento. Essas fontes eclesiais revelam como a memória coletiva e o papel das testemunhas influenciavam a construção da identidade e a mobilidade social dentro dessas comunidades.

Em “Poder y sociabilidad : las élites flamencas en España a través de los expedientes de las órdenes militares (siglo XVIII)” de Thomas Glesener, percebe-se pela análise das elites militares flamengas que as testemunhas não são apenas observadores passivos, mas participantes ativos em um processo de validação social e histórica. Além do que, nessa obra fica evidente a importância da memória local, pois para ordenação militar em período entre guerras, o comissário não conseguiria ser enviado ao local de natureza daquele que queria obter a ordem, assim, possibilitando a investigação por fronteira, que indica o local mais próximo da origem do pretendente. Nesse ponto, cria-se uma ligação com OLIVAL, Fernanda, GARCIA, Leonor Dias, LOPES, Bruno, SEQUEIRA, Ofélia. “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII). In LOPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, OLIVAL, Fernanda, FIGUEIRA-REGO, João (coordenação). Honra e Sociedade no mundo Ibérico e ultramarino: inquisição e ordens militares - séculos XVI-XIX. Lisboa: Caleidoscópio, 2013. Capítulo em que se discute a questão dos interrogatórios feitos longe do local de origem e de morada, sendo definidos muito diminuto e quando se registrava apenas tratava-se dos costumes e capacidades de quem estava se habilitando. Através dessa análise, pode-se concluir que o vínculo entre a testemunha e o pretendente, isoladamente, não tem significado sem considerar a natureza da relação entre os dois indivíduos.

Objetivo:

1. Entender a Igreja Católica, como instituição de controle social, e como selecionava as testemunhas e controlava a memória local por meio de sua teologia cristã.
2. Examinar a influência da memória local das testemunhas escolhidas e sua importância para os processos de mobilidade social.
3. Avaliar como a memória local e o papel de testemunhar impactavam o processo de habilitação sacerdotal.

Metodologia:

Em primeiro momento, utilizei a reflexão acerca da análise documental por meio das Habilitações Sacerdotais do século XVIII, sob a guarda do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, e procurar identificar padrões nas escolhas das testemunhas, examinando os depoimentos contidos nos processos. Em segunda instância, uma parte essencial da metodologia consiste no preenchimento de fichas detalhadas sobre cada processo de habilitação analisado, disponibilizadas por orientação do professor Anderson. Essas fichas incluem observações sobre os apontamentos feitos por testemunhas, dessa forma, percebe-se como essas informações influenciam o resultado dos processos de habilitação. Será avaliado como a presença e o conteúdo desses testemunhos contribuem para a comprovação dos requisitos necessários para a obtenção das ordens sacras e como isso se reflete na mobilidade social e na construção da identidade do habilitando. Além disso, leituras, fichamentos e anotações da bibliografia do mesmo tema foram feitas. É a partir desse ponto que são levantados os principais questionamentos acerca da questão do testemunho e da memória.



#### Resultados:

Até o presente momento, a pesquisa revelou que as testemunhas locais desempenhavam um papel importante na validação social e na construção da identificação do habilitando. A memória local, refletida nos depoimentos das testemunhas, era crucial para a comprovação de pureza de sangue e de comportamento cristão, elementos essenciais para a obtenção das ordens sacras. A inserção dos habilitandos em redes de sociabilidade mais amplas contribuiu para o processo de validação social, facilitando sua mobilidade social. Ademais, a análise dos documentos evidenciou que as testemunhas não eram apenas observadores passivos, mas agentes ativos na construção e preservação da memória coletiva. Suas declarações não só legitimavam o habilitando, mas também refletiam as redes de relações sociais e familiares existentes nas comunidades. Entretanto, é afirmado sobre o papel de testemunhar: “corrobora-se a tese de Thomas Glesener que testemunhar significa desde logo apoiar alguém” (OLIVAL, GARCIA, LOPES, SEQUEIRA., 2013, p.325). Nessa perspectiva, analisando a teologia cristã do século XVIII, era estabelecido que a honra de alguém só poderia ser questionada na presença do ofendido, e revelar defeitos de nascimento ocultos era considerado um pecado mortal. Essa diretriz, excetuando as habilitações, criava um contexto que incentivava depoimentos tendencialmente favoráveis. Relacionando isso à memória, percebe-se como as normas sociais e religiosas influenciaram na transmissão de memórias individuais e coletivas. A necessidade de proteger a honra e evitar o pecado moldava os testemunhos e relatos pessoais, impactando a forma como os depoimentos orais transcritos e a memória local eram construídas. Assim, as lembranças e narrativas eram frequentemente adaptadas para manter uma imagem favorável, omitindo ou suavizando aspectos desfavoráveis do passado.

#### Conclusões:

Estando a pesquisa em andamento, as conclusões ainda são parciais. No entanto, algumas questões que foram vistas até agora podem ser destacadas. É necessário destacar que é preciso estudar esses testemunhos com base em uma escala local, associando a questão da importância da memória local e de sua respectiva influência. Outrossim, ainda salientar para o fato de que as instituições não podem ser reduzidas a uma definição unânime para todas. Isso pode levar à conclusão de que as alianças e relações sociais não podem ser vistas como homogêneas, mas devem ser analisadas em toda a sua complexidade, pois existiam diferenças significativas entre indivíduos do mesmo grupo, quanto mais em relações sociais mais amplas. É preciso considerar o entorno e todos os detalhes dessas relações, não reduzindo-as a conceitos de poder ou isolando-as, mas oferecendo um olhar importante para a memória em escala local e sua importância na construção de identidade, cultura do lugar e mobilidade social. A memória tem um grande valor nessa discussão, tendo em vista, que sem ela, não há testemunhos. Mas, ainda fica em aberto, a seguinte questão: como a legitimidade dos testemunhos são construídas, como as redes de sociabilidade interferem nesse processo, como a construção da identidade é feita e que elementos são acionados para isso? Termina essa conclusão evidentemente mostrando o quanto esse trabalho não se esgota e ainda está em andamento.

#### Referência:

ALFANI, Guido. Spiritual kinship and the others: Ivrea, XVth-XVIIth Centuries. *Popolazione e Storia*, v. 1, n. 1, p. 57-81, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GLESENER, Thomas. Poder y sociabilidad: las élites flamencas en España a través de los expedientes de las órdenes militares (siglo XVIII). In: CRESPO SOLANA, A.; HERRERO SÁNCHEZ, M. (coord.). *España y las 17 provincias de los Países Bajos. Una revisión historiográfica (XVI-XVIII)*. Córdoba: Universidad de Córdoba - Fundación Carlos de Amberes, 2002. t. 1, p. 169-188.

OLIVAL, Fernanda, GARCIA, Leonor Dias, LOPES, Bruno, SEQUEIRA, Ofélia. “Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII). In LOPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, OLIVAL, Fernanda, FIGUEIRA-REGO, João (coordenação). *Honra e Sociedade no mundo Ibérico e ultramarino: inquisição e ordens militares - séculos XVI-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2013.

OLIVEIRA, Anderson; LOPES, Janaína. Redes de sociabilidades e mesclas sociais entre descendentes de escravos de origem africana: o potencial das habilitações sacerdotais, dos registros de casamentos e dos banhos matrimoniais (séculos XVIII/XIX). *Fronteiras & Debates*. Macapá, v.10, 2023.